



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CONTRATO Nº 40/2022**

**CONTRATO N. 40/2022/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0001460-91.2022.6.22.8000](#)**

**COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 1/2022 -  
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**

**CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM  
RAZÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 33/2022 TER RESTADO  
FRACASSADO (evento [0952151](#)).**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,  
E A EMPRESA TF ENGENHARIA E  
REPRESENTAÇÕES LTDA, PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E  
CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE  
PEÇAS (MEDIANTE RESSARCIMENTO),  
DO SISTEMA ELÉTRICO DE  
ELEMENTOS INSTALADOS NOS  
EDIFÍCIOS SEDE DO TRE-RO, NO  
FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL E NO  
ALMOXARIFADO/DEPÓSITO DE URNAS  
DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.**

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG \*\*\*.893-SSP/RO e do CPF \*\*\*.106.849-\*\*, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 23.972.729/0001-25, com sede na SCIA Quadra 08 - Conjunto 16, Lote 11, Zona Industrial, Guará, CEP: 71.250-750, em Brasília/DF, Telefone(s):(61) 3542-4940/(61) 98145-5435, E-



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mail(s): [adm@tfengenharia.com/contratos@tfengenharia.com](mailto:adm@tfengenharia.com/contratos@tfengenharia.com), neste ato representada pela Senhor **PAULO TANAKA NETO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG MT468600157 MT/MG e do CPF \*\*\*.512.596-\*\*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento, **com fundamento no artigo 24, V, da Lei n. 8.666/93** e em conformidade com o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação constante no Despacho n. 1592/2022-PRES/DG/GABDG (evento [0957472](#)), de 16/12/2022, firmam entre si o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições,

### **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, II e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica, especializada em serviços de engenharia, para prestação dos serviços comuns de engenharia elétrica, a saber: manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças (mediante ressarcimento), do sistema elétrico que compreende os elementos interligados de entrada de serviços, subestação, grupo gerador e *no-breaks*, instalações elétricas prediais não estabilizadas e estabilizadas desde o ponto de derivação (Entrada da Concessionária) até os Quadros Gerais de Distribuição (QGD's) de cada pavimento, conforme relação de atividades constante no anexo I do Termo de Referência, e detalhamento das instalações constante nos Anexos II, III, IV e V do Termo de Referência respectivo.

**Subcláusula Primeira** – O Sistema Elétrico descrito acima, complementado no Capítulo III do Termo de Referência respectivo, encontra-se instalado nos seguintes locais:

- a)** Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Edifício Anexo II (Almoxarifado/Depósito de Urnas), situados na Av. Presidente Dutra, nº 1889, bairro Baixa União, Porto Velho/RO; e
- b)** Edifício Anexo I (Fórum Eleitoral da Capital), situado na Rua Jacy-Paraná, Bairro Baixa da União, Porto Velho/RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – Os elementos que compõem as instalações e equipamentos relativos ao presente Contrato encontram-se relacionados no Capítulo III do Termo de Referência respectivo.

**Subcláusula Terceira** – A CONTRATADA deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Termo de Referência respectivo e em seus anexos, incluindo os critérios de sustentabilidade ambiental, e as condições de habilitações indicados no Termo de Referência respectivo.

**Subcláusula Quarta** - Os profissionais da CONTRATADA, envolvidos na manutenção preventiva ou corretiva, não terão, em hipótese alguma, qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

**Subcláusula Quinta** Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, o Termo de Referência respectivo e seus anexos, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

**DOS PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA,  
CORRETIVA**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Os serviços objeto do presente contrato compreendem:

- a) Serviços de manutenção preventiva - são os procedimentos adotados com o objetivo de otimizar a utilização dos equipamentos, reduzindo o desgaste de uso, evitando a danificação ou a interrupção/suspensão do funcionamento dos mesmos;
- b) Serviços de manutenção corretiva - são os procedimentos de substituição de peças e os reparos/consertos necessários a sanar defeitos/falhas dos equipamentos que possam acarretar ou tenham acarretado a danificação ou interrupção/suspensão do funcionamento dos mesmos; e
- c) Serviços de manutenção de emergência - são os que ocorrem quando os equipamentos deixam de funcionar, seja por evento verificado sem falta de energia, no momento da falta de energia ou durante a falta de energia.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Única** – Quanto aos procedimentos das manutenções supramencionadas, deverão ser observados:

- a) As atividades de manutenção corretiva deverão ser realizadas a pedido do CONTRATANTE ou quando constatada a iminência de defeito, durante os procedimentos de manutenção preventiva;
- b) Fica a empresa CONTRATADA obrigada a comunicar imediatamente ao setor responsável pela fiscalização dos serviços, qualquer tipo de falha, defeito ou vício que possa vir a prejudicar o bom funcionamento dos equipamentos e instalações mantidos;
- c) O serviço corretivo/preventivo de retífica de peças, como, por exemplo, retífica de motores ou recuperação de placas eletrônicas, deverá ser apreciado pelo CONTRATANTE, para que se analise se será mais vantajoso para a Administração proceder a recuperação ou efetuar a substituição do bem/material, ficando o valor deste último não incluso no valor do contrato; e
- d) A CONTRATADA deverá prestar garantia mínima de 90 (noventa) dias dos serviços de manutenção preventiva, corretiva ou emergencial, contados a partir do aceite pelo Fiscal do Contrato.

## **DOS SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para os serviços de emergência deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- a) A CONTRATADA deve possuir Central de Atendimento de Emergência com telefone específico para abertura de chamadas de emergência e atendimento remoto, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando número de protocolo e descrição do problema;
- b) O período de pronto atendimento para a execução dos serviços de Manutenção Corretiva e Emergencial será ininterrupto, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante toda a vigência contratual:
  - b1) A interesse do CONTRATANTE, quando necessário, haverá execução dos serviços aos sábados, domingos e feriados.
- c) A CONTRATADA deverá encaminhar 1 (um) técnico para atendimento imediato de manutenção emergencial a partir do recebimento da ligação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela Central de Atendimento de Emergência, conforme tabela de Nível de Prioridades de Atendimento. Para tanto, deverá manter pessoal à disposição para os chamados de emergência da unidade;

**d)** A Central de Atendimento de Emergência deverá ser capaz de, até a chegada do técnico ao local da emergência, dar instruções técnicas aos servidores da unidade através do Atendimento Remoto (via telefone), a fim de tentar solucionar o problema no menor tempo possível, minimizando os danos causados;

**e)** Ainda que através do contato remoto, a Central de Atendimento de Emergência juntamente com o servidor da unidade consiga solucionar o problema, o técnico deverá ser encaminhado ao local no prazo supracitado para realizar uma avaliação do ocorrido, solucionar a causa do problema e emitir um relatório de avaria;

**f)** A CONTRATADA deverá garantir os serviços prestados por, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir do aceite dos serviços pelo Fiscal do Contrato; e

**g)** Em dias úteis, finais de semana, feriados e quando não tiver expediente no TRE-RO, a CONTRATADA, no caso de alguma ocorrência, deverá atender aos prazos de atendimento das chamadas, conforme TABELA DE NÍVEIS DE PRIORIDADE e TABELA DE PRAZOS DE

ATENDIMENTO abaixo:

<b>TABELAS DE NÍVEIS DE PRIORIDADES</b>		
Prioridade Nível I	Ocorrências que comprometam o funcionamento do TRE-RO, Anexo II e Fórum Eleitoral da Capital ou que acarretem o risco iminente de impedimento.	
Prioridade Nível II	Ocorrências que comprometam parcialmente o funcionamento do Tribunal, Anexo II e Fórum Eleitoral da Capital ou que poderão vir a agravar em curto espaço de tempo.	
Prioridade Nível III	Ocorrências que não comprometem o funcionamento do TRE-RO, Anexo II e Fórum Eleitoral da Capital.	

<b>TABELA DE PRAZOS DE ATENDIMENTO</b>		
OCORRÊNCIAS	NÍVEL	TEMPO MÁXIMO DE ATENDIMENTO



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Prioridade	Sede TRE-RO, Almoxarifado, Fórum Eleitoral
Falta de energia total	I	Até 30 minutos
Ocorrências de risco aparente curto circuito/aquecimentos/etc	I	Até 30 minutos
Ponto elétrico em curto circuito/sem tensão	II	Até 12 horas
Manutenção em quadros de força	III	Até 36 horas
Demais chamadas	III	Até 36 horas

### **DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS**

**CLÁUSULA QUARTA** – Quanto à substituição de peças, deverão ser observadas os seguintes procedimentos:

**1.** Constatada a necessidade de substituição de peças nos equipamentos, bem como substituição de cabos, disjuntores ou manutenção da rede de energia, o fornecimento e instalação obedecerão às seguintes etapas:

**a)** Emissão de relatório circunstanciado pela CONTRATADA, em no máximo 02 (dois) dias úteis, especificando o defeito apresentado e as peças que necessitam ser substituídas, bem como e a urgência da substituição, para apreciação e aprovação pelo gestor desta contratação;

**a.1)** Em se tratando de situação emergencial (Cláusula Terceira deste instrumento), o prazo de emissão do relatório citado na alínea anterior deste instrumento deverá atender a emergência da substituição da peça.

**b)** A CONTRATADA deverá obter no mínimo 3 (três) cotações de mercado para apurar o menor valor de insumo/peça.

**b.1)** A CONTRATADA será ressarcida pelo valor despendido, mediante apresentação de comprovante de aquisição das peças substituídas.

**c)** O fornecimento de materiais e a execução dos serviços obedecerão rigorosamente ao constante nos documentos:

**c.1)** Normas da ABNT;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**c.2)** Prescrições e recomendações dos fabricantes;

**c.3)** Na falta das anteriores, normas internacionais consagradas.

**2.** A garantia das peças fornecidas pela CONTRATADA deverá ter um prazo mínimo de 90 (noventa) dias ou a garantia do fabricante quando esta última possuir um maior prazo de cobertura.

**3.** Toda peça ou equipamento que vier a ser substituído pela CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE deve ser entregue à fiscalização deste último, para controle de consumo.

**4.** Todos os materiais de reposição a serem empregados nos serviços deverão ser novos, do mesmo fabricante dos originais, e compatíveis com as especificações técnicas, sujeitos ao exame da fiscalização;

**5.** O CONTRATANTE reserva o direito de adquirir os equipamentos e materiais referenciados neste item pela maneira mais adequada aos interesses da Administração Pública.

**6.** Caso o CONTRATANTE decida adquirir as peças por outros meios disponíveis, as peças serão repassadas à CONTRATADA, valendo o mesmo prazo informado na proposta para a CONTRATADA restabelecer o perfeito funcionamento do equipamento, contado a partir do dia em que a peça for entregue à CONTRATADA, e considerando-se esse mesmo prazo para aplicação de penalidades.

**7.** O CONTRATANTE reservará o valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), por ano, para a aquisição de peças necessárias à manutenção do sistema elétrico, e deverão ser observadas as seguintes condições:

**7.1.** Quando as peças forem fornecidas pela CONTRATADA, o fornecimento deverá ser previamente autorizado pela Fiscalização e realizado durante a vigência do contrato de manutenção.

## **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, do tipo menor global, sob o regime de empreitada por preço unitário.

## **DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 55, IV e art. 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, à conveniência da Administração, termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** - A execução dos serviços de manutenção, objeto deste instrumento, iniciar-se-ão a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

**Subcláusula Segunda** - A ordem de serviço será expedida pelo CONTRATANTE até 02 (dois) dias úteis a contar da apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

**DO VALOR**

**(Art. 55, III e V, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 384.985,85** (trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), correspondente à soma do valor da proposta da CONTRATADA (evento [0949510](#)), e do valor de R\$ 36.000,00 que o CONTRATANTE reservará, por ano, para a aquisição de peças necessárias à manutenção do sistema elétrico (indicado no item 7 da Cláusula Quarta deste instrumento, consoante detalhado abaixo:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS:					
ITEM	SUBITEM	UNID	QTD	VLR UNIT. R\$	VLR ANUAL R\$
01	1.1 - Subestação Aérea com Medição Agrupada (Sede: 300KVA).	Unid	1	2.697,75	32.373,03



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2 - Subestação Aérea com Medição Agrupada (Anexo II: 150kva).	Unid	1	1.779,37	21.352,42
1.3 - Subestação Aérea com Medição Agrupada (Forum Eleitoral: 150kva).	Unid	1	1.779,37	21.352,42
1.4 - Grupo Motor Gerador de 500KVA, regime de funcionamento 220/380 , com partida e comutação automática, de fabricação da GERAFORTE motor diesel da marca CUMMINS, com tanque de combustível de 500 L e módulo de sinalização e alarme, controlador DSE 8620, localizado no Edifício Sede.	Unid	1	2.066,36	24.796,36
1.5 - Grupo Motor Gerador de 170KVA, MOD. 610TCA, Gerador WEG, Motor MWM quadro DSE8620;	Unid	2	1.475,15	35.403,70
1.6 - Instalações elétricas não estabilizadas, com fornecimento a 220/380VAC / 60Hz trifásico (220V/380V trifasico).	Unid	1	3.788,33	45.460,00
1.7 - Transformador 380v>220v;	Unid	3	1.728,30	62.218,77
1.8 - No-Break 60KVA Modular, Marca RTA, 3 Modulos de 20KVA, 380v>220v;	Unid	1	2.052,99	24.635,85
1.9 - No-Break 40KVA Modular, Marca RTA,	Unid	1	1.436,49	17.237,85

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2 Modulos de 20KVA, 380v>220v;				
2.0 - No-Break 20KVA Modular, Marca RTA, 1 Modulo de 20KVA, 380v>220v;	Unid	1	819,99	9.839,84
2.1 - SPDA compreendendo aterramento, para-raios, e Gaiolas de Fadaday;	Unid	3	1.508,77	54.315,61
<b>VALOR TOTAL ANUAL (PROPOSTA DA EMPRESA)</b>			<b>R\$ 348.985,85</b>	
<b>VALOR RESERVADO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS</b>			<b>R\$ 36.000,00</b>	
<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO</b>			<b>R\$ 384.985,85</b>	

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, materiais, deslocamentos, lucro e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

**Subcláusula Segunda** - As despesas com a execução do presente Contrato correrão inicialmente à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia de 2023, e para os demais exercícios as despesas com a execução correrão à conta dos recursos constantes das propostas orçamentária do TRE-RO.

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)</b>	Ordinário
<b>ITEM DE DESPESA</b>	Sistema Elétrico - Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>DESPESA AGREGADA</b>	Manutenção Predial
<b>PLANO INTERNO</b>	AIEF MANFRE

**DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – Os pagamentos à CONTRATADA serão realizados mensalmente, mediante ordem bancária, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de entrada dos seguintes documentos neste Tribunal:

- a) Relatório Resumo de Serviços Executados referente à competência, refletindo os relatórios de Serviços Executados [item 7 da Cláusula Décima Segunda deste contrato] e Cumprimento do Cronograma [item 8 da Cláusula Décima Segunda deste contrato];
- b) Certidões de Regularidade;
- c) Nota Fiscal referente ao mês de competência, a ser atestada pela unidade gestora.

**Subcláusula Primeira** - O valor a ser pago mensalmente equivalerá a 1/12 avos do total anual das manutenções, somando-se os valores referentes às peças autorizadas no período.

**Subcláusula Segunda** - O CONTRATANTE se reserva ao direito de glosar os valores referentes à eventuais manutenções não realizadas conforme o cronograma, com base nos valores apresentados no detalhamento da proposta, sem prejuízo das demais sanções.

**Subcláusula Terceira** - Nos pagamentos serão aplicadas as retenções legais de competência deste Regional.

**Subcláusula Quarta** - Verificada desconformidade da fatura com os serviços prestados ou com os termos contratuais, o gestor poderá deixar de atestar a nota fiscal, devendo notificar a CONTRATADA a adotar as



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

providências necessárias no sentido de regularizar a situação, fixando prazo razoável para a solução.

**Subcláusula Quinta** - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, ao FGTS, à Fazenda Pública Federal, e à Justiça do Trabalho.

**Subcláusula Sexta** – No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia da autoridade máxima da CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas.

**Subcláusula Sétima** - Poderá o gestor sugerir o pagamento da nota fiscal com retenção dos valores relativos a essas obrigações, devendo fundamentar o ato.

**Subcláusula Oitava** - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

**Subcláusula Nona** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Décima** - A compensação financeira prevista na subcláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**Subcláusula Décima Primeira** - Na impossibilidade de se realizar os procedimentos de manutenção em alguma edificação, poderá ser glosada pelo CONTRATANTE do pagamento mensal da CONTRATADA o valor correspondente a edificação, usando-se como parâmetro a área da edificação e o detalhamento de proposta apresentada pela licitante.

**DA GARANTIA**

**(Art. 55, VI, da Lei n. 8.666/1993)**

**CLÁUSULA NONA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato, GARANTIA, em uma das modalidades previstas no § 1º do referido dispositivo legal, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, com prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

**Subcláusula Primeira** – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

**I.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II.** Seguro-garantia;

**III.** Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão 2467/2017 – TCU – Plenário).

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia referida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, prazo que pode vir a ser prorrogado por igual período, mediante solicitação formal e sujeito à critério e deliberação do órgão Contratante.

**Subcláusula Terceira** – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste/repactuação, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

**Subcláusula Quarta** – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão deste contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não, bem como poderá ocasionar outras penalidades cabíveis.

**Subcláusula Quinta** – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura

**Subcláusula Sexta** – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação vigente relativa à matéria.

**Subcláusula Sétima** – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em favor do CONTRATANTE, em conta específica com correção monetária.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Oitava** – A garantia deverá ter prazo de validade durante todo o prazo de vigência contratual.

**Subcláusula Nona** – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

**Subcláusula Décima** – A garantia será considerada extinta:

**I.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**II.** Após vencido o prazo de 3 (três) meses do término da vigência do contrato, prazo esse que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

**Subcláusula Décima Primeira**– A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para cobrir as despesas necessárias.

**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – No TRE-RO, a gestão deste contrato será exercida pelo titular da Seção de Manutenção Predial – SEMAP, e a fiscalização desta contratação será de responsabilidade do titular da SEMAP em conjunto com o titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação - COSEIC, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

**Subcláusula Segunda** – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, obriga-se o CONTRATANTE a:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidas neste Contrato;
2. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
3. Receber o serviço nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento rejeitando os serviços inadequados ou irregulares prestados pela CONTRATADA;
4. Notificar a CONTRATADA, na ocorrência de rejeição prevista acima, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste instrumento contratual, fixando prazo para sua correção;
5. Promover o acompanhamento e a fiscalização do ajuste, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
6. Autorizar a substituição ou fornecer as peças necessárias para o funcionamento do sistema;
7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
8. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem o equipamento ou tentem realizar reparos e manutenções;
9. Recusar os serviços realizados em desconformidade com o objeto contratado, comunicando a CONTRATADA formalmente e concedendo prazo para refazimento dos serviços recusados;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Comunicar-se com a CONTRATADA por meio de correspondência oficial, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive alertando a empresa acerca da proximidade de obrigações e prazos que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;
11. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
12. Analisar e se manifestar sobre pedidos de prorrogação de prazo para entrega e substituição dos serviços contratados;
13. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual e em seus anexos.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, obriga-se a CONTRATADA a:

1. Apresentar à Administração do CONTRATANTE a garantia contratual, no prazo, percentual, condições e valor estabelecidos neste instrumento;
2. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos da assinatura do contrato;
3. Realizar as atividades de manutenção preventiva no sistema objeto deste Contrato, de acordo com a periodicidade (anexo I do Termo de Referência) e metodologia descritas neste instrumento e no Termo de Referência, bem como de acordo com demais considerações técnicas dos fabricantes de cada equipamento em questão, e normas técnicas pertinentes;
4. Acompanhar, através de seu Responsável Técnico, as atividades realizadas pela CONTRATADA sempre que for solicitado pelo CONTRATANTE ou, quando a manutenção a ser realizada exigir;
5. Manter, sob sua responsabilidade nas dependências da CONTRATANTE, Diário de Serviços onde deverão ser registradas todas as ocorrências no desenvolvimento dos trabalhos, atividades realizadas em manutenções preventiva e corretiva, descrição de peças substituídas com respectiva autorização para troca, a ser dada pelo(s) fiscal(is) do contrato, bem como demais informações técnicas de interesse das partes. O(s) fiscal(is) deverá(ão) assinar conjuntamente com a empresa os registros no diário;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Criar e manter organizado arquivo de fichas de histórico de equipamentos, protegidas por invólucros de plástico, para, ao final de cada manutenção, registrar:

- a) Data e hora;
- b) Descrição detalhada do serviço realizado e/ou observação necessária;
- c) Assinatura dos Responsáveis pela Manutenção.

7. Apresentar Relatório Técnico dos Serviços Executados, para apreciação e assinatura do(s) Fiscal(is) do Contrato, no mesmo dia em que os serviços forem concluídos, sendo que o relatório citado no subitem anterior deverá conter, no mínimo:

- a) Data da prestação do serviço;
- b) Descrição detalhada do serviço realizado e/ou observação necessária;
- c) Materiais utilizados com suas respectivas quantidades;
- d) No caso de substituição de peças, incluir relatório circunstanciado especificando:
  - d.1) Defeito apresentado;
  - d.2) Peças substituídas;
  - d.3) Urgência da necessidade da substituição;
  - d.4) Prazo em que a substituição foi executada.
- e) Eventuais modificações no Cronograma de Manutenções Preventivas devidamente justificadas;
- f) Nome legível e assinatura do(s) profissional(is) que executou(aram) a tarefa;
- g) Assinatura do Responsável Técnico.

8. Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato, Cronograma de Atividades de Manutenção Preventiva, contemplando todas as atividades constantes deste contrato e do Termo de Referência, compatível com as rotinas previstas e com a descrição detalhada dos procedimentos a serem executados na manutenção de cada tipo de equipamento, para aprovação dos fiscais e do gestor do contrato;

9. Recolocar, nos respectivos lugares, móveis e equipamentos quando removidos para a execução dos serviços;

10. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais nas dependências do CONTRATANTE;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de qualificação técnica exigidas para a execução do objeto do contrato;
12. Responsabilizar-se por todos os impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas, previdenciárias e civis, bem como despesas com transportes e alimentação decorrentes do objeto do contrato;
13. Mediante autorização da fiscalização, executar serviços inadiáveis ou que possam causar prejuízos ao CONTRATANTE inclusive fora dos horários de expediente, aos sábados, domingos e feriados;
14. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE;
15. Informar imediatamente à fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para a adoção das medidas cabíveis.
16. Acatar imediatamente as instruções e observações que emanem da fiscalização do CONTRATANTE, refazendo qualquer trabalho não aceito, no prazo estipulado pela fiscalização.
17. Promover a embalagem e o transporte de peças e equipamentos que tenham que ser retirados das dependências do CONTRATANTE para reparos, sem ônus para a mesma, e indicar o endereço do local que será realizada o serviço;
18. Fornecer ao CONTRATANTE número telefônico para contato e solicitação de manutenção corretiva fora dos horários de expediente, sábados, domingos e feriados.
19. Exigir de todos os funcionários a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), conforme normas de segurança, na realização de atividades que assim os exijam, tais como: capacetes, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares, etc.
20. Manter seus empregados devidamente uniformizados e portando crachá de identificação, com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal, quando na execução dos serviços contratados;
21. Fornecer a seus empregados as ferramentas e os equipamentos necessários para a execução de todos os serviços previstos nos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, inclusive escada para acesso as instalações do prédio.
22. Agendar previamente com o CONTRATANTE as atividades de manutenção preventiva e corretiva que exijam o desligamento de energia, programando preferencialmente para horários que não atinjam o funcionamento das atividades do CONTRATANTE, de forma a minimizar o tempo de desligamento e possibilitar que as unidades que venham a ser afetadas sejam avisadas com antecedência e estejam cientes da intervenção.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Elaborar estudos técnicos sempre que identificar necessário ou mediante solicitação do CONTRATANTE com emissão de parecer técnico quanto ao sistema elétrico, que compreende os componentes instalados na Subestação, Grupos Geradores, No-breaks, Quadros e outros elementos do sistema, bem como suas melhorias, para subsidiar este TRE-RO:

a) Na antecipação de problemas e soluções para manutenção do bom funcionamento do sistema elétrico;

b) Na escolha de equipamentos/insumos/ferramentas necessários à manutenção e bom funcionamento do sistema atual.

25. Realizar o objeto conforme especificado, nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e em seus anexos;

27. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

28. Enviar ao CONTRATANTE Nota Fiscal/fatura dos serviços prestados, nos moldes estabelecidos neste instrumento;

29. Manter-se, durante a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas nesta contratação, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo manter situação de plena regularidade junto à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho e ao CNJ, apresentando no ato do pagamento e sempre que solicitado a comprovação de sua adimplência com esses órgãos, comprometendo-se a comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração superveniente.

30. Manter seus empregados devidamente identificados quando na execução dos serviços contratados;

31. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços ora contratados, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder ou não a fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;

33. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93;

34. Não subcontratar e não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do TRE-RO, após análise de documentação da empresa a ser subcontratada.

35. Não contratar ou alocar na execução desta contratação profissionais que se enquadrem em alguma das seguintes condições em relação aos ocupantes



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de cargos de chefia, direção e assessoramento, ou de membros e servidores vinculados ao CONTRATANTE: cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

36. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual.

37. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita a CONTRATADA à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

1. Atraso no prazo de atendimento de ocorrências de PRIORIDADE NÍVEL I, estabelecido no item 7 da Cláusula Terceira deste instrumento:

- a) 3º (terceiro) e 4º (quarto) atrasos injustificados de até 30 (trinta) minutos, multa de 1% (um por cento);
- b) 5º (quinto) e 6º (sexto) atrasos injustificados de até 30 (trinta) minutos, multa de 2% (dois por cento);
- c) 7º (sétimo) atraso injustificado e atraso superior a 30 (trinta) minutos caracterizarão inexecução parcial do contrato.

2. Atraso no prazo de atendimento de ocorrências de PRIORIDADE NÍVEL II, estabelecido no item 7 da Cláusula Terceira deste instrumento:

- a) 3º (terceiro) e 4º (quarto) atrasos injustificados de até 04 (quatro) horas, multa de 1% (um por cento);
- b) 5º (quinto) e 6º (sexto) atrasos injustificados de até 04 (quatro) horas, multa de 2% (dois por cento);
- c) 7º (sétimo) atraso injustificado e atraso superior a 04 (quatro) horas caracterizarão inexecução parcial do contrato.

3. Atraso no prazo de atendimento de ocorrências de PRIORIDADE NÍVEL III, estabelecido no item 7, da Cláusula Terceira deste instrumento:

- a) 3º (terceiro) e 4º (quarto) atrasos injustificados de até 12 (doze) horas, multa de 1% (um por cento);





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) 5º (quinto) e 6º (sexto) atrasos injustificados de até 12 (doze) horas, multa de 2% (dois por cento);
  - c) 7º (sétimo) atraso injustificado e atraso superior a 12 (doze) horas caracterizarão inexecução parcial do contrato.
4. Atraso na execução dos procedimentos de manutenção preventiva, estabelecidos no Anexo I do Termo de Referência:
- a) 3º (terceiro) e 4º (quarto) atrasos injustificados de até 02 (dois) dias, para os procedimentos com periodicidade semanal, quinzenal e mensal, multa de 1% (um por cento);
  - b) 5º (quinto) e 6º (sexto) atrasos injustificados de até 02 (dois) dias, para os procedimentos com periodicidade semanal, quinzenal e mensal, multa de 2% (dois por cento);
  - c) 7º (sétimo) atraso injustificado e atraso superior a 02 (dois) dias, para os procedimentos com periodicidade semanal, quinzenal e mensal, caracterizará inexecução parcial do contrato.
  - d) 3º (terceiro) e 4º (quarto) atrasos injustificados de até 05 (cinco) dias, para os procedimentos com periodicidade bimestral e trimestral, multa de 1% (um por cento);
  - e) 5º (quinto) e 6º (sexto) atrasos injustificados de até 05 (cinco) dias, para os procedimentos com periodicidade bimestral e trimestral, multa de 2% (dois por cento);
  - f) 7º (sétimo) atraso injustificado e atraso superior a 05 (cinco) dias, para os procedimentos com periodicidade bimestral e trimestral, caracterizará inexecução parcial do contrato.
5. Atraso no prazo de atendimento de determinações emanadas da fiscalização do contrato:
- a) 3º (terceiro) e 4º (quarto) atrasos injustificados de até 01 (um) dia, multa de 1% (um por cento);
  - b) 5º (quinto) e 6º (sexto) atrasos injustificados de até 01 (um) dia, multa de 2% (dois por cento);
  - c) 7º (sétimo) atraso injustificado e atraso superior a 01 (um) dia caracterizarão inexecução parcial do contrato.

**Subcláusula Primeira** - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nos itens acima, caracterizará a inexecução total do contrato.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** - Os primeiros e segundos atrasos injustificados das obrigações acima referidas, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita a CONTRATADA à penalidade de Advertência.

**Subcláusula Terceira** - O descumprimento injustificado de quaisquer outras obrigações, garantido o direito ao contraditório e da ampla defesa, sujeita a CONTRATADA à pena de Advertência, devendo a obrigação ser cumprida no prazo determinado pela fiscalização.

**Subcláusula Quarta** - Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste instrumento e no Termo de Referência e seus anexos, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Subcláusula Quinta** - Sem prejuízo da rescisão do contrato – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Sexta** - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Termo de Referência, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

**Subcláusula Sétima** - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar, de imediato, penalidades mais severas.

**Subcláusula Oitava** - A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

**Subcláusula Nona** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primário a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Décima** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

**Subcláusula Décima Primeira** – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

**Subcláusula Décima Segunda** - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

**Subcláusula Décima Terceira** – De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

**Subcláusula Décima Quarta** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

**Subcláusula Décima Quinta** – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN;

**Subcláusula Décima Sexta** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Sétima** - As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE;

**Subcláusula Décima Oitava** - A CONTRATADA se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Décima Nona**- O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**Subcláusula Vigésima** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:

**I** - Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administrativo respectivo desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

**III - Judicial**, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo artigo 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei n. 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o parágrafo segundo do artigo 65 da Lei 8.666/93

**Subcláusula Terceira** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quarta** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quinta** - Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**DO REAJUSTE**

**(Artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Quanto ao reajuste, deverão ser observadas as seguintes condições:

**Subcláusula Primeira** - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual.

**Subcláusula Segunda** - Excepcionalmente, porém, o valor do contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.

**Subcláusula Terceira** - Na ocorrência de prorrogações do prazo de vigência, poderá ser concedido reajuste do valor contratado nas condições previstas no inciso II, "d", art. 65 da Lei 8.666/93, adotando-se, preferencialmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com o objeto licitado, devendo o pedido ser justificado pela CONTRATADA, somente após 12 meses da data da apresentação da proposta.

### **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.

**DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, VI, X e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Esta contratação fundamenta-se no artigo 24, V, da Lei 8.666/1993 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.702/2022, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 10.406/2002 (Código Civil) e Lei 13.709/2018 (Proteção de Dados Pessoais), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**Subcláusula Única** - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Art. 55, § 2º, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem CONTRATANTE e CONTRATADA assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme, e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 20 de dezembro de 2022.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>PAULO TANAKA NETO</b> Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 20/12/2022, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO TANAKA NETO, Usuário Externo**, em 20/12/2022, às 13:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 21/12/2022, às 07:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 21/12/2022, às 07:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0959857** e o código CRC **B248A6BC**.

0001460-91.2022.6.22.8000

0959857v4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**

#### **I.INTRODUÇÃO**

1.Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, e nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I da Lei n. 8.666/93, bem como o disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013 e Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE-RO, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja contratada, de forma continuada, empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do Sistema Elétrico que compreendem os elementos instalados nos Edifícios Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Fórum Eleitoral da Capital e Anexo II.

#### **II.DESCRIÇÃO DO OBJETO**

1.Contratação de pessoa jurídica, especializada em serviços de engenharia, para prestação dos serviços comuns de engenharia elétrica, a saber: manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças (mediante ressarcimento), do sistema elétrico que compreende os elementos interligados de entrada de serviços, subestação, grupo gerador e *no-breaks*, instalações elétricas prediais não estabilizadas e estabilizadas desde o ponto de derivação (Entrada da Concessionária) até os Quadros Gerais de Distribuição (QGD's) de cada pavimento, conforme relação de atividades constantes no **anexo I** e detalhamento das instalações nos **Anexos II, III, IV e V**, o que por



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seu turno, dispensa atestado de visita técnica, e, ainda, o detalhamento do objeto consoante ao item III deste Termo de Referência.

2.O sistema elétrico descrito acima, complementado no item III deste Termo de Referência, encontra-se instalado nos Edifícios Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Edifício Anexo II - Almoxarifado/Depósito de Urnas, na Av. Presidente Dutra n. 1889 - Bairro Baixa da União, e no Anexo I - Fórum Eleitoral da Capital, na Rua Jacy-Paraná, Bairro Baixa da União, todos em Porto Velho/RO.

### **III.ELEMENTOS QUE COMPÕEM AS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.**

#### **1.SUBESTAÇÃO**

a.03 Subestações Aérea com Medição Agrupada com as seguintes Especificações:

1.Ed. Sede: 300KVA

2.Anexo II: 150kva

3.Forum Eleitoral: 150kva

#### **2.GRUPOS GERADORES**

a.(Um) Grupo Motor Gerador de 500KVA, regime de funcionamento 220/380 , com partida e comutação automática, de fabricação da GERAFORTE motor diesel da marca CUMMINS, com tanque de combustível de 500 L e módulo de sinalização e alarme, controlador DSE 8620, localizado no Edifício Sede.

b.(02) Grupo Motor Gerador de 170KVA, MOD. 610TCA, Gerador WEG, Motor MWM quadro DSE8620;

#### **3.CABEAMENTO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NÃO ESTABILIZADAS**

a.Instalações elétricas não estabilizadas, com fornecimento a 220/380VAC / 60Hz trifásico (220V/380V trifasico), compostas de:

i.Elementos de proteção e Condutores;

ii.16 quadros de distribuição.

#### **2.SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS**

a.03 SPDA compreendendo aterramento, pára-raios, e Gaiolas de Fadaday;

#### **3.INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ESTABILIZADAS (NO-BREAKS)**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a.03 (três) No-breaks marca Eaton de 12 KVA cada, agrupados em rack, trifásicos (220V - 3F+N+T), incluindo banco integrado de baterias.

b.01 No-Breaks 60KVA Modular, Marca RTA, 3 Módulos de 20KVA, 380v>220v;

c.01 No-Breaks 40KVA Modular, Marca RTA, 2 Módulos de 20KVA, 380v>220v;

d.01 No-Breaks 20KVA Modular, Marca RTA, 1 Módulo de 20KVA, 380v>220v;

e.03 Transformador 380v>220v;

## **II.DOS PROCEDIMENTO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

- 1.Os serviços de **manutenção preventiva** são os procedimentos adotados com o objetivo de otimizar a utilização dos equipamentos, reduzindo o desgaste de uso, evitando a danificação ou a interrupção/suspensão do funcionamento dos mesmos.
- 2.Os serviços de **manutenção corretiva** são os procedimentos de substituição de peças e os reparos/consertos necessários a sanar defeitos/falhas dos equipamentos que possam acarretar ou tenham acarretado a danificação ou interrupção/suspensão do funcionamento dos mesmos.
- 3.Serviços de **manutenção de emergência** são os que ocorrem quando os equipamentos deixam de funcionar, seja por evento verificado sem falta de energia, no momento da falta de energia ou durante a falta de energia.
- 4.As atividades de manutenção corretiva deverão ser realizadas a pedido do Tribunal ou quando constatada a iminência de defeito, durante os procedimentos de manutenção preventiva.
- 5.Fica a empresa contratada obrigada a comunicar imediatamente ao setor responsável pela fiscalização dos serviços, qualquer tipo de falha, defeito ou vício que possa vir a prejudicar o bom funcionamento dos equipamentos e instalações mantidos.
- 6.O serviço corretivo/preventivo de retífica de peças, como por exemplo, retífica de motores ou recuperação de placas eletrônicas, deverá ser apreciado pelo contratante para que se analise se será mais vantajoso para a Administração proceder a recuperação ou efetuar a substituição do bem/material, ficando o valor deste último não incluso no valor do contrato.
- 7.A empresa deverá garantir por, no mínimo, 90 (noventa) dias, os serviços de **manutenção preventiva, corretiva ou emergencial**, contados a partir do aceite dos serviços pelo Fiscal do





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato.

### **III.SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA**

- 1.A contratada deve possuir Central de Atendimento de Emergência com telefone específico para abertura de chamadas de emergência e atendimento remoto, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando número de protocolo e descrição do problema.
- 2.O período de pronto atendimento para a execução dos serviços de Manutenção Corretiva e Emergencial será ininterrupto, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante toda a vigência contratual.
  - a.A interesse da CONTRATANTE, quando necessário, haverá execução dos serviços aos sábados, domingos e feriados.
- 3.A contratada deverá encaminhar um técnico para atendimento imediato de manutenção emergencial a partir do recebimento da ligação pela Central de Atendimento de Emergência, conforme tabela de Nível de Prioridades de Atendimento. Deverá manter pessoal à disposição para os chamados de emergência da unidade;
- 4.A Central de Atendimento de Emergência deverá ser capaz de, até a chegada do técnico ao local da emergência, dar instruções técnicas aos servidores da unidade através do Atendimento Remoto (via telefone), a fim de tentar solucionar o problema no menor tempo possível, minimizando os danos causados.
- 5.Ainda que através do contato remoto, a Central de Atendimento de Emergência juntamente com o servidor da unidade consiga solucionar o problema, o técnico deverá ser encaminhado ao local no prazo supracitado para realizar uma avaliação do ocorrido, solucionar a causa do problema e emitir um relatório de avaria.
- 6.A empresa deverá garantir os **serviços prestados** por, no mínima, de 90 (noventa) dias, contados a partir do aceite dos serviços pelo Fiscal do Contrato.
- 7.Em dias úteis, finais de semana, feriados e quando não tiver expediente no TRE/RO, a empresa contratada, no caso de alguma ocorrência, deverá atender aos prazos de atendimento das chamadas, conforme TABELA DE NÍVEIS DE PRIORIDADE e TABELA DE PRAZOS DE ATENDIMENTO abaixo:

TABELAS DE NÍVEIS DE PRIORIDADES	
Prioridade Nível I	Ocorrências que comprometam o funcionamento do Tribunal, Anexo II e Fórum Eleitoral da Capital ou que



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	acarretem o risco iminente de impedimento.
Prioridade Nível II	Ocorrências que comprometam parcialmente o funcionamento do Tribunal, Anexo II e Fórum Eleitoral da Capital ou que poderão vir a agravar em curto espaço de tempo.
Prioridade Nível III	Ocorrências que não comprometem o funcionamento do Tribunal, Anexo II e Fórum Eleitoral da Capital.

8.

<b>TABELA DE PRAZOS DE ATENDIMENTO</b>		
<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>TEMPO MÁXIMO DE ATENDIMENTO</b>
	<b>Prioridade</b>	<b>Sede TRE, Almoxarifado, Fórum Eleitoral</b>
Falta de energia total	I	Até 30 minutos
Ocorrências de risco aparente curto circuito/aquecimentos/etc	I	Até 30 minutos
Ponto elétrico em curto circuito/sem tensão	II	Até 12 horas
Manutenção em quadros de força	III	Até 36 horas
Demais chamadas	III	Até 36 horas

9.

### **IV.DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS**

1.Constatada a necessidade de substituição de peças nos equipamentos, bem como substituição de cabos, disjuntores ou manutenção da rede de energia, o fornecimento e instalação obedecerão às seguintes etapas:

a.Emissão de relatório circunstanciado pela CONTRATADA, em no máximo 02 (dois) dias úteis, especificando o defeito apresentado e as peças que necessitam ser substituídas, bem como e a urgência da substituição, para apreciação e aprovação pelo gestor;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. Em se tratando de situação emergencial (item V deste Termo de Referência), o prazo de emissão do relatório citado no item VI, 1. a. deverá atender a emergência da substituição da peça.
  - b. A CONTRATADA deverá obter no mínimo 3 (três) cotações de mercado para apurar o menor valor de insumo/peça.
    - i. A CONTRATADA será ressarcida pelo valor despendido, mediante apresentação de comprovante de aquisição das peças substituídas.
  - c. O fornecimento de materiais e a execução dos serviços obedecerão rigorosamente ao constante nos documentos:
    - i. Normas da ABNT;
    - ii. Prescrições e recomendações dos fabricantes;
    - iii. Na falta das anteriores, normas internacionais consagradas.
2. A garantia das peças fornecidas pela CONTRATADA deverá ter um prazo mínimo de 90 (noventa) dias ou a garantia do fabricante quando esta última possuir um maior prazo de cobertura.
3. Toda peça ou equipamento que vier a ser substituído pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE deve ser entregue à fiscalização desta última, para controle de consumo.
4. Todos os materiais de reposição a serem empregados nos serviços deverão ser novos, do mesmo fabricante dos originais, e compatíveis com as especificações técnicas, sujeitos ao exame da fiscalização;
5. A CONTRATANTE reserva o direito de adquirir os equipamentos e materiais referenciados neste item pela maneira mais adequada aos interesses da Administração Pública.
6. Caso a CONTRATANTE decida adquirir as peças por outros meios disponíveis, as peças serão repassadas à CONTRATADA, valendo o mesmo prazo informado na proposta para a CONTRATADA restabelecer o perfeito funcionamento do equipamento, contado a partir do dia em que a peça for entregue à CONTRATADA, e considerando-se esse mesmo prazo para aplicação de penalidades.
7. A CONTRATANTE reservará o valor de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)** por ano para a aquisição de peças necessárias à manutenção do sistema elétrico. Quando fornecidas pela CONTRATADA, o fornecimento deverá ser previamente autorizado pela Fiscalização e durante a vigência do contrato de manutenção.

## **V.DO OBJETIVO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Garantir o pleno funcionamento do sistema elétrico instalado, por intermédio da realização de manutenções preventivas e corretivas previstas nas normas de segurança e eficiência dos equipamentos e instalações.
2. Garantir a operacionalidade dos equipamentos de informática e telecomunicações nas circunstâncias para as quais foram projetados e instalados, sem interrupção do fornecimento de energia aos equipamentos.

### **VI. JUSTIFICATIVA**

1. **DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:** As instalações elétricas da subestação e de geração emergencial (geradores e conexões), diante da complexidade, requerem um conhecimento especializado que extrapola as atribuições dos servidores do quadro deste Tribunal. E, por se tratar de instalações imprescindíveis para o funcionamento da Corte Eleitoral, principalmente nos períodos mais importante de suas atividades, a falta de manutenção/correção célere e adequada no sistema pode comprometer a estabilidade do sistema elétrico ou até provocar uma interrupção no fornecimento, gerando danos diretos e indiretos às atividades, podendo inclusive causar danos físicos aos equipamentos.
2. **DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:** Em atendimento ao art. 2º da IN n. 004/2008-TRE/RO, este instrumento foi elaborado com base no princípio do planejamento e da objetividade, buscando permitir que a Administração conheça a necessidade, identifique criteriosamente o objeto a ser licitado e faça a adequada reserva orçamentária. Tudo isto, alinhado ao planejamento estratégico, especialmente no Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária.
3. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:** Considerando as regras previstas no art. 6º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a contratada deverá observar os itens IV e VII do referido artigo.

### **VII. DO GERENCIAMENTO CENTRALIZADO, INTER-RELAÇÃO ENTRE OS SERVIÇOS E VANTAGENS PARA A ADMINISTRAÇÃO (benefícios diretos e indiretos)**

1. Justifica-se o não desmembramento do objeto, ou seja, a opção de unicidade do objeto, tendo em vista as seguintes considerações:
  - a. O Sistema Elétrico que distribui a energia elétrica para os edifícios SEDE e ANEXOS I e II do TRE é composto por um conjunto de equipamentos e funcionalidades integradas e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

interdependentes, conforme diagrama demonstrativo constante do anexo II.

b.O Anexo II demonstra que se trata de um sistema de complexidade considerável, uma vez que há uma interdependência entre os segmentos, de modo que a funcionalidade de cada parte do sistema resulte perfeito funcionamento de todo o sistema – rede de alta e de baixa tensão, estabilizada e de emergência.

2.Em razão disto, no caso da contratação em questão, **não se mostra conveniente** a divisão do objeto, **nem do ponto de vista técnico**, conforme demonstrado, nem sob a ótica **operacional** e também não atenderia à orientação da boa administração que se norteia, entre outros, pelo dever **de zelo e economicidade**, a saber:

a.**Unicidade do sistema** - consoante asseverado, apesar de conter vários componentes, trata-se de um único e complexo sistema. Desse modo, nos parece contraproducente, física e tecnicamente, tentar subdividi-lo em partes para compor uma contratação por itens;

b.**Operacionalidade** – Por ser um sistema complexo, com interligação indissociável dos componentes sequenciais, caso o objeto fosse subdividido, e logrando-se vencedoras mais de uma licitante de acordo com a quantidade de itens, a operacionalização da execução contratual seria temerária, eis que, pela natureza do objeto, o gestor não teria como saber, por assim dizer, em eventual hipótese de um contratado de parte do objeto alegar que o problema de mau funcionamento do sistema elétrico seria de responsabilidade do outro contratado, vencedor de outro item. Não se trata de cogitação hipotética, mas de situações capazes de serem previstas pelo administrador público, caso se optasse pela subdivisão do objeto no presente caso;

c.**Zelo e economicidade** – O objeto pode ser descrito como "**contratação de pessoa jurídica no ramo de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico de alta e média tensão**", consoante descrição completa no item II deste instrumento. A descrição genérica e a descrição pormenorizada dos serviços a serem executados evidencia que, apesar de se pretender contratar pessoa jurídica, está implícito no objeto contratado a necessidade desta manter profissionais qualificados e capacitados para a execução dos serviços objeto do contrato.

**VIII.Unicidade do Objeto** - A importância da contratação unificada apoia-se na necessidade de garantir que a manutenção de sistema com tal complexidade



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seja sempre realizado por uma única empresa. Quando realizada por mais de uma empresa, abrem-se possibilidade de haver dificuldade, principalmente, no relacionamento técnico entre elas e a Administração e na execução dos serviços, colocando em risco a celeridade nas execuções. Some-se o fato de que a separação do objeto acarreta elevação dos custos fixos, como por exemplo a administração central do contrato.

Assim, privilegiando o princípio da economicidade, ancorado nas regras da boa administração que exige a caracterização do interesse público, pautando sempre os atos do administrador pelas razões expostas, optamos **pela unicidade de objeto**, por ser mais viável do ponto de vista **operacional, técnico e econômico**.

### **IX. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

1. Estima-se o valor da contratação dos serviços propostos neste Termo de Referência, para um período anual, em **R\$ 426.480,24 (quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos)**. O valor foi obtido, conforme **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO (0836897)**.

### **X. DOS PRAZOS, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO, REAJUSTE**

1. Será firmado contrato regulando a relação entre Contratante e Contratada, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, e que, por se tratar de serviço de manutenção continuada, poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, contados de sua assinatura.
2. A execução dos serviços de manutenção, objeto deste Termo de Referência, será iniciada a partir do recebimento da Ordem de Serviço.
3. A ordem de serviço será expedida pela Contratante até dois dias úteis a contar da apresentação da ART.
4. Na ocorrência de prorrogações do prazo de vigência, poderá ser concedido reajuste do valor contratado nas condições prevista no inciso II, "d", art 65 da Lei 8.666/93, adotando-se preferencialmente o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com o objeto licitado, devendo o pedido ser justificado pela Contratada, somente após 12 meses da data da apresentação da proposta.
5. A Gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial - SEMAP.
6. A fiscalização do contrato ficará a cargo da Seção de Manutenção Predial - SEMAP em conjunto com a Coordenação de Infra-estrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação - COINFE.

### **XI. DO CERTAME LICITATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **1. ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO**

- i. No entendimento desta unidade deverá ser adotada para o certame competitivo a modalidade **pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço unitário, sob a forma de execução indireta, do tipo menor global.**

### **2. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:**

- i. O valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte.
- ii. Por sua vez, tratando-se de menor preço global, também **não** é aplicável a regra do art. 48, I e III da Lei Complementar 123/2006 que estabelece a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou da estipulação de cota de até 25% para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar.

### **3. DO INTERVALO MÍNIMO DOS LANCES ABERTOS**

- i. Para a seleção da proposta mais vantajosa, sugere-se que seja adotado o **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5 (meio ponto percentual) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

## **II.DOCUMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 1.Certidão de Registro/Quitação de Pessoa Jurídica perante o Conselho de Classe comprovando exercer atividade semelhante ao objeto. Caso a licitante tenha sede em outro Estado, deverá possuir visto do Conselho de Classe local quando da assinatura do contrato.
- 2.Comprovação de **Aptidão Técnica**, mediante apresentação de uma ou mais **Certidões de Acervo Técnico-CAT**, expedidas pelo Conselho





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Classe, em nome dos responsáveis técnicos, comprovando a execução de serviços com as seguintes características:

1. Manutenção em Subestação de, no mínimo, 500 kva;
2. No-break Corporativo de, no mínimo, de 20 kva.
3. Grupo Geradores de no mínimo, 350 kva.

3. Comprovação de **Vínculo Empregatício do Profissional** que exercerá a função de responsável técnico pelo objeto:

- a. Sendo o profissional indicado sócio da licitante, essa condição deverá ser comprovada com a cópia do ato constitutivo da sociedade.
- b. Não sendo sócio, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo.

2. **Declaração Específica de Aceitação do Exercício da Função de Responsável Técnico**, assinada pelo(s) profissional(is), referente aos serviços do objeto deste Termo de Referência:

- a. Contratos de trabalhos não substituem a Declaração acima citada.
- b. Os profissionais indicados como responsáveis técnicos pela futura contratação somente poderão assumir tal condição relativamente a uma licitante. Serão inabilitadas aquelas licitantes que apresentarem o mesmo profissional para exercer tal função.

3. Comprovação de **Capacidade Técnico-Operacional**, mediante apresentação de um ou mais **Atestados de Capacidade Técnico-Operacional**, em nome da licitante, comprovando que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com as especificações demandadas no objeto deste termo com as seguintes características mínimas para os seguintes subsistemas:

- a. Manutenção em Subestação de, no mínimo, 500 kva;
- b. Manutenção em No-break Corporativo de, no mínimo, de 20 kva.
- c. Manutenção de Grupo Geradores de, no mínimo, 350 kva.
- d. O atestado poderá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar do atestado a assinatura do representante legal da emitente, devendo a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinatura do signatário, em caso de pessoa Jurídica de direito privado, ser reconhecida em cartório, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do pregoeiro;

e. O atestado deverá ser apresentado conjuntamente com a referida **ART**, referente ao serviço constante do Atestado de Capacidade Técnico-Operacional

4.A apresentação de mais de uma CAT [subitem 2. acima] ou Atestado de Capacidade Técnico-Operacional [subitem 5. acima] somente será permitida quando tratar-se de subsistemas diferentes (Subestação / No-breaks / Grupos Geradores).

a. A impossibilidade de somatória de qualquer dos documentos citados no caput do subitem 6. acima para atender as exigências mínimas de potência de cada subsistema faz-se necessária diante das seguintes questões técnicas:

- 1.As características complexas de cada subsistema;
- 2.O exponencial crescimento da complexidade de cada um dos subsistemas citados proporcional ao aumento de suas capacidades/potências;
- 3.As diferentes habilidades necessárias para realizar processos de manutenção em subsistemas relativamente às suas capacidades/potências;
- 4.As diferentes habilidades necessárias para reconhecer a interferência e a influência de um subsistema de determinada capacidade/potência em funcionamento integrado com os demais subsistemas e a correta forma de funcionamento quando dentro do conjunto.

## **II.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1.Apresentar Garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993. A garantia deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual. A garantia deverá ser renovada e complementada a cada repactuação ou acréscimo quantitativo do contrato. A não apresentação injustificada da garantia no prazo acima poderá implicar na rescisão contratual e a consequente aplicação das penalidades.

2.Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos da assinatura do contrato.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Realizar as atividades de manutenção preventiva no sistema objeto desta licitação, de acordo com a periodicidade (anexo I) e metodologia descritas neste Termo de Referência, bem como de acordo com demais considerações técnicas dos fabricantes de cada equipamento em questão, e normas técnicas pertinentes;
4. Acompanhar, através de seu Responsável Técnico, as atividades da realizadas pela CONTRATADA sempre que for solicitado pela CONTRATANTE ou, quando a manutenção a ser realizada exigir.
5. Manter, sob sua responsabilidade, nas dependências da CONTRATANTE, Diário de Serviços onde deverão ser registradas todas as ocorrências no desenvolvimento dos trabalhos, atividades realizadas em manutenções preventiva e corretiva, descrição de peças substituídas com respectiva autorização para troca, a ser dada pelo(s) fiscal(is) do contrato, bem como demais informações técnicas de interesse das partes. O(s) fiscal(is) deverá(ão) assinar conjuntamente com a empresa os registros no diário;
6. Criar e manter organizado arquivo de fichas de histórico de equipamentos, protegidas por invólucros de plástico, para, ao final de cada manutenção, registrar:
  - a. Data e Hora;
  - b. Descrição detalhada do serviço realizado e/ou observação necessária;
  - c. Assinatura dos Responsáveis pela Manutenção.
7. Apresentar Relatório Técnico dos Serviços Executados, para apreciação e assinatura do(s) Fiscal(is) do Contrato, no mesmo dia em que os serviços forem concluídos. O relatório citado no subitem anterior deverá conter, no mínimo:
  - a. Data da prestação do serviço;
  - b. Descrição detalhada dos serviços realizados;
  - c. Materiais utilizados com suas respectivas quantidades;
  - d. No caso de substituição de peças, incluir relatório circunstanciado especificando:
    - i. Defeito apresentado;
    - ii. Peças substituídas;
    - iii. Urgência da necessidade da substituição;
    - iv. Prazo em que a substituição foi executada.
  - b. Eventuais modificações no Cronograma de Manutenções Preventivas devidamente justificadas;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c. Nome legível e assinatura do(s) profissional(is) que executou(aram) a tarefa;
  - d. Assinatura do Responsável Técnico.
2. Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato, Cronograma de Atividades de Manutenção Preventiva, contemplando todas as atividades constantes deste Termo de Referência, compatível com as rotinas previstas e com a descrição detalhada dos procedimentos a serem executados na manutenção de cada tipo de equipamento, para aprovação dos fiscais e do gestor do contrato;
  3. Recolocar, nos respectivos lugares, móveis e equipamentos quando removidos para a execução dos serviços;
  4. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais nas dependências da CONTRATANTE;
  5. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de qualificação técnica exigidas para a execução do objeto do contrato;
  6. Responsabilizar-se por todos os impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas, previdenciárias e civis, bem como despesas com transportes e alimentação decorrentes do objeto do contrato;
  7. Mediante autorização da fiscalização, executar serviços inadiáveis ou que possam causar prejuízos à CONTRATANTE inclusive fora dos horários de expediente, aos sábados, domingos e feriados;
  8. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante;
  9. Informar imediatamente à fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para a adoção das medidas cabíveis;
  10. Acatar imediatamente as instruções e observações que emanem da fiscalização do CONTRATANTE, refazendo qualquer trabalho não aceito, no prazo estipulado pela fiscalização;
  11. Promover a embalagem e o transporte de peças e equipamentos que tenham que ser retirados das dependências da CONTRATANTE para reparos, sem ônus para a mesma, e indicar o endereço do local que será realizada o serviço;
  12. Fornecer à CONTRATANTE número telefônico para contato e solicitação de manutenção corretiva fora dos horários de expediente, sábados, domingos e feriados;
  13. Exigir de todos os funcionários a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), conforme normas de segurança, na realização de atividades que assim os exijam, tais como: capacetes, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares etc;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Manter seus empregados devidamente uniformizados e portando crachá de identificação, com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal, quando na execução dos serviços contratados;
15. Fornecer a seus empregados as ferramentas e os equipamentos necessários para a execução de todos os serviços previstos nos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, inclusive escada para acesso as instalações do prédio;
16. Agendar previamente com a CONTRATANTE as atividades de manutenção preventiva e corretiva que exijam o desligamento de energia, programando preferencialmente para horários que não atinjam o funcionamento das atividades da CONTRATANTE, de forma a minimizar o tempo de desligamento e possibilitar que as unidades que venham a ser afetadas sejam avisadas com antecedência e estejam cientes da intervenção;
17. Na ocorrência de prorrogações do prazo de vigência do contrato, solicitar reajuste do valor contratado;
18. Elaborar estudos técnicos sempre que identificar necessário ou mediante solicitação da contratante com emissão de parecer técnico quanto ao sistema elétrico, que compreende os componente instalados na Subestação, Grupos Geradores, No-breaks, Quadros e outros elementos do sistema, bem como suas melhorias, para subsidiar este regional:
  - a. Na antecipação de problemas e soluções para manutenção do bom funcionamento do sistema elétrico;
  - b. Na escolha de equipamentos/insumos/ferramentas necessários à manutenção e bom funcionamento do sistema atual.

## **II. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
2. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada;
3. Receber o serviço nos termos, prazos, quantidades e qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência, rejeitando os serviços inadequados ou irregulares prestados pela Contratada;
  - a. Notificar a Contratada, na ocorrência de rejeição prevista acima, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste termo de referência, fixando prazo para sua correção;
4. Promover o acompanhamento e a fiscalização do ajuste, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

5. Autorizar a substituição ou fornecer as peças necessárias para o funcionamento do sistema;
6. Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária, nas condições previstas neste TR.
7. Não permitir que pessoas não especializadas manuseiem o equipamento ou tentem realizar reparos e manutenções;

### **III. DO PAGAMENTO**

1. Os pagamentos serão realizados mensalmente em moeda corrente, até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de entrada dos seguintes documentos neste Tribunal:
  - a. Relatório Resumo de Serviços Executados referente à competência, refletindo os relatórios de Serviços Executados [item XIV subitem 7] e Cumprimento do Cronograma [item XIV, subitem 8].
  - b. Certidões de Regularidade;
  - c. Nota Fiscal referente a competência.
2. O valor a ser pago mensalmente equivalerá a 1/12 avos do total anual das manutenções, somando-se os valores referentes às peças autorizadas no período.
  - a. A CONTRATANTE se reserva ao direito de glosar os valores referentes à eventuais manutenções não realizadas conforme o cronograma, com base nos valores apresentados no detalhamento da proposta, sem prejuízo das demais sanções;
3. Nos pagamentos serão aplicadas as retenções legais de competência deste regional;
4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

<b>EM = I x N x VP</b>	Onde:
	EM = Encargos moratórios;
	N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
	VP = Valor da parcela a ser paga.
	I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
	$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I =$
	0,00016438



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	TX = Percentual da taxa anual = 6%.
--	-------------------------------------

5.

6. Na impossibilidade de se realizar os procedimentos de manutenção em alguma edificação, poderá ser glosada pelo contratante do pagamento mensal da contratada o valor correspondente a edificação, usando-se como parametro a área da edificação e o detalhamento de proposta apresentando pela licitante.

### **IV. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TÉCNICAS/OPERACIONAIS**

1. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita a CONTRATADA a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

a. Atraso no prazo de atendimento de ocorrências de PRIORIDADE NÍVEL I, estabelecido no item item V, subitem 7 deste Termo de Referência:

i. *terceiro e quarto atrasos injustificados de até 30 (trinta) minutos, multa de 1% (um por cento);*

ii. *quinto e sexto atrasos injustificados de até 30 (trinta) minutos, multa de 2% (dois por cento);*

iii. *sétimo atraso injustificado e atraso superior a 30 (trinta) minutos caracterizarão inexecução parcial do contrato.*

b. Atraso no prazo de atendimento de ocorrências de PRIORIDADE NÍVEL II, estabelecido no item item V, subitem 7 deste Termo de Referência:

i. *terceiro e quarto atrasos injustificados de até 04 (quatro) horas, multa de 1% (um por cento);*

ii. *quinto e sexto atrasos injustificados de até 04 (quatro) horas, multa de 2% (dois por cento);*

iii. *sétimo atraso injustificado e atraso superior a 04 (quatro) horas caracterizarão inexecução parcial do contrato.*

c. Atraso no prazo de atendimento de ocorrências de PRIORIDADE NÍVEL III, estabelecido no item item V, subitem 7 deste Termo de Referência:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i.terceiro e quarto atrasos injustificados de até 12 (doze) horas, multa de 1% (um por cento);*
  - ii.quinto e sexto atrasos injustificados de até 12 (doze) horas, multa de 2% (dois por cento);*
  - iii.sétimo atraso injustificado e atraso superior a 12 (doze) horas caracterizarão inexecução parcial do contrato.*
- d. atraso na execução dos procedimentos de manutenção preventiva, estabelecidos no anexo I deste Termo de Referência:
  - i.terceiro e quarto atrasos injustificados de até 02 (dois) dias, para os procedimentos com periodicidade semanal, quinzenal e mensal, multa de 1% (um por cento);*
  - ii.quinto e sexto atrasos injustificados de até 02 (dois) dias, para os procedimentos com periodicidade semanal, quinzenal e mensal, multa de 2% (dois por cento);*
  - iii.sétimo atraso injustificado e atraso superior a 02 (dois) dias, para os procedimentos com periodicidade semanal, quinzenal e mensal, caracterizará inexecução parcial do contrato.*
  - iv.terceiro e quarto atrasos injustificados de até 05 (cinco) dias, para os procedimentos com periodicidade bimestral e trimestral, multa de 1% (um por cento);*
  - v.quinto e sexto atrasos injustificados de até 05 (cinco) dias, para os procedimentos com periodicidade bimestral e trimestral, multa de 2% (dois por cento);*
  - vi.sétimo atraso injustificado e atraso superior a 05 (cinco) dias, para os procedimentos com periodicidade bimestral e trimestral, caracterizará inexecução parcial do contrato.*
- e. atraso no prazo de atendimento de determinações emanadas da fiscalização do contrato:
  - i.terceiro e quarto atrasos injustificados de até 01 (um) dia, multa de 1% (um por cento);*
  - ii.quinto e sexto atrasos injustificados de até 01 (um) dia, multa de 2% (dois por cento);*
  - iii.sétimo atraso injustificado e atraso superior a 01 (um) dia caracterizarão inexecução parcial do contrato.*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 2.A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nos itens acima, caracterizará a inexecução total do contrato.
- 3.Os primeiros e segundos atrasos injustificados das obrigações acima referidas, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita a Contratada à penalidade de Advertência.
- 4.O descumprimento injustificado de quaisquer outras obrigações, garantido o direito ao contraditório e da ampla defesa, sujeita a Contratada à pena de Advertência, devendo a obrigação ser cumprida no prazo determinado pela fiscalização.
- 5.Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
- 6.A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de atualização monetária pela taxa SELIC e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União, podendo, ainda a Administração proceder a cobrança judicial da multa.
- 7.As multas anteriormente previstas não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

## **XVII.DA PROPOSTA**

- 1.A proposta deverá constar o preço, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.
- 2.Declaração de que obedecerá às Normas Técnicas da ABNT, Normas técnicas da Eletrobrás, as orientações dos fabricantes dos equipamentos e as legislações pertinentes e aplicáveis.
- 3.O custo da mão de obra referente a substituição das peças e componentes, fornecidas ou não pela CONTRATADA, bem como da execução de quaisquer serviços inerentes às funções ora discriminadas, deverá ser incluído no valor da proposta dos serviços de manutenção, mesmo que este venha a ser subcontratado junto à outra empresa pela CONTRATADA.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.O custo dos materiais consumíveis (tais como: Fita Isolantes, Silicone, abraçadeiras plastivas, terminais olhais e agulha de até 6mm) assim como todas as ferramentas a serem utilizados nas atividades de manutenção corretiva e preventiva deverá estar incluído no valor da proposta, sendo a CONTRATADA obrigada a manter estoque mínimo destes para a realização das atividades contratadas.

1.A proposta deverá possuir um detalhamento de custo, conforme modelo abaixo:

Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva conforme Termo de Referencia e seus Anexos:					
Item	Subitem	UNID	QTD	VLR MENSAL	VLR ANUAL
01	1.1 - Subestação Aérea com Medição Agrupada (Sede: 300KVA).	Unid	1		
	1.2 - Subestação Aérea com Medição Agrupada (Anexo II: 150kva).	Unid	1		
	1.3 - Subestação Aérea com Medição Agrupada (Forum Eleitoral: 150kva).	Unid	1		
	1.4 - Grupo Motor Gerador de 500KVA, regime de funcionamento 220/380 , com partida e comutação automática, de fabricação da GERAFORTE motor diesel da marca CUMMINS, com tanque de combustível de 500 L e módulo de sinalização e alarme, controlador DSE 8620, localizado no Edifício Sede.	Unid	1		
	1.5 - Grupo Motor Gerador de 170KVA, MOd. 610TCA, Gerador WEG, Motor MWM quadro DSE8620;	Unid	2		
	1.6 - Instalações elétricas não estabilizadas, com fornecimento a 220/380VAC / 60Hz trifásico (220V/380V	Unid	1		

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

trifasico).				
1.7 - Transformador 380v>220v;	Unid	3		
1.8 - No-Break 60KVA Modular, Marca RTA, 3 Modulos de 20KVA, 380v>220v;	Unid	1		
1.9 - No-Break 40KVA Modular, Marca RTA, 2 Modulos de 20KVA, 380v>220v;	Unid	1		
2.0 - No-Break 20KVA Modular, Marca RTA, 1 Modulo de 20KVA, 380v>220v;	Unid	1		
2.1 - SPDA compreendendo aterramento, pára-raios, e Gaiolas de Fadaday;	Unid	3		

2.

QUADRO SINTÉTICO DA PROPOSTA					
ITEM	OBJETO	UNID	QTD	VLR MENSAL	VLR ANUAL
01	Manutenção Preventiva, Corretiva e Emergenciais no Sistema Elétrico dos Edifícios do TRE-RO	Mês	12		

5.O valor estimado neste Termo de Referência deverá ser o parâmetro referencial de preços aceitos nas propostas, cabendo ao pregoeiro melhor juízo na análise das propostas, devendo ser desprezado o custo estimado para o fornecimento de peças.

**XVIII.DA ADERENCIA ORÇAMENTÁRIA**

1.A contratação do serviço de Manutenção do sistema Elétrico, discriminado no presente Termo de Referência, está prevista no planejamento orçamentário desta Unidade para o exercício de 2022, conforme demonstrado no quadro abaixo:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)</b>	Ordinário
<b>ITEM DE DESPESA</b>	Sistema Elétrico - Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva
<b>DESPESA AGREGADA</b>	Manutenção Predial
<b>PLANO INTERNO</b>	AIEF MANFRE
<b>VALOR</b>	R\$ 71.080,04

2.

### **XX.DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 1.As disposições e especificações contidas neste Termo de Referência serão parte integrante do contrato, devendo ser observadas e atendidas em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades no descumprimento de qualquer dos seus itens.
- 2.A subcontratação de qualquer serviço fica condicionado a autorização prévia por este Tribunal, que será emitida após análise de documentação da empresa a ser subcontratada.
- 3.Os profissionais da CONTRATADA, envolvidos na manutenção preventiva ou corretiva, não terão, em hipótese alguma, qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

### **XXI.DÚVIDAS TÉCNICAS**

- 1.As dúvidas serão esclarecidas pelos Servidores:
  - a.Antônio Roberto 69 3211-2119
  - b.André Pimentel 69 3211-2072
- 2.Sede do TRE-RO, sito a Av. Presidente Dutra 1.889 - Bairro – Areal - Porto Velho – Rondônia. CEP 78.900–550.

### **XXII.DOS ANEXOS**

- 1.São anexos do presente instrumento:
  - a.Anexo I - Cronograma de Manutenções ([0836903](#));
  - b.Anexo II - Diagrama do Sistema Elétrico ([0836905](#));
  - c.Anexo III - Planta Baixa dos Edifícios ([0836909](#));
  - d.Anexo IV - Relatório Fotográfico do Sistema ([0836910](#));
  - e.Anexo V - Diagrama de Interligação do Sistema Elétrico ([0836912](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA**

**CASTRO, Chefe de Seção**, em 02/08/2022, às 10:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0870122** e o código CRC **8973A67F**.

0001460-91.2022.6.22.8000

0870122v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001460-91.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: SEMAP/COMSEG.

ASSUNTO: Dispensa – Art. 24, V, da Lei n. 8.666/93 – Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de engenharia - Serviços comuns de engenharia elétrica – Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 279 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de solicitação da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, objetivando a contratação de pessoa jurídica especializada em engenharia elétrica, para prestação dos serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças (mediante ressarcimento), do sistema elétrico da Justiça Eleitoral de Rondônia, em razão do fracasso do Pregão Eletrônico n. 33/2022 ([0886141](#)), e acordo com o termo de homologação juntado ao evento n. [0937165](#).

**02.** Dando cumprimento ao comando do Despacho de lavra do Secretário da SAOFC, os autos foram remetidos à **SEMAP** para adoção das providências necessárias a fim de proceder à formalização dos documentos necessários para a contratação direta ([0941119](#)).

**03.** Nessa direção, Operacionalizou-se cotação de preços n. 1 ([0941524](#)) e anexos ([0941578](#) e [0943576](#)), registrando-se a manutenção de todas as condições do Termo de Referência original, todas as regras do Edital, a qual foi encaminhada, via e-mail, a 4 empresas do ramo ([0944021/0946080](#)), de modo que as propostas comerciais, habilitação e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

declarações poderiam ser enviadas no e-mail informado até o dia 30/11/2022, sendo apresentadas as seguintes propostas pelas proponentes, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**PROPOSTA CONTRATAÇÃO DIRETA**

Nº	Empresa	Proposta	Habilitação e Declarações
1	Marok Serviços de Engenharia Elétrica Ltda	R\$ 22.000,0 ( <a href="#">0949444</a> )	<a href="#">0949446</a>
2	<b>TF Engenharia e Representações Ltda</b>	<b>R\$ 29.082,15</b> <b>(<a href="#">0949510</a>)</b>	<b><a href="#">0949516</a></b>
3	SL Energia e Grupos Geradores	R\$ 29.246,00 ( <a href="#">0949525</a> )	<a href="#">0949529</a>

**04.** Nos termos da manifestação n. 50 da SEMAP ([0952151](#)), em análise prévia das propostas apresentadas, apurou-se alguns descumprimentos as exigências previstas na cotação de preços ([0941524](#)) a serem cumpridos por duas das proponente na ordem de sua classificação, contudo, após diligência, a empresa detentora da melhor proposta (Marok Serviços de Engenharia Elétrica Ltda) deixou transcorrer "in albis" o prazo para juntada de documentação complementar havendo sua desabilitação do certame, a segunda proponente (**TF Engenharia e Representações Ltda**) apresentou documentação complementar exigida no prazo concedido ([0952117](#) e [0950028](#)) cumprindo todas as exigências e requisitos do processo. Não houve diligências a serem cumpridas pela empresa **SL Energia e Grupos Geradores** tendo em vista o cumprimento de todas as exigências da cotação.

**05.** Nesse contexto, mantidas as mesmas condições do certame originário, observou-se que a Empresa **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA** ofertou a menor proposta e comprovou sua regularidade e habilitações exigidas no certame para contratar com a Administração ([0949516](#), [0949521](#), [0949523](#) [0952119](#)),  **dessa forma a unidade sugeriu sua CONTRATAÇÃO DIRETA, com fundamento no Art. 24, V, da Lei n. 8.666/93.**

**06.** Na sequência, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC, para proceder a programação orçamentária, à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de instrumento contratual e à esta assessoria, para emissão de parecer jurídico ([0952813](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** Nos termos da Informação nº 413/2022 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0954276](#)), a COFC informou que, em razão de parte da despesa ser executada no exercício financeiro em 2023, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária dessa cifra, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023. Em complemento, registrou que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado a despesa com o objeto dessa contratação e que os valores constantes da Programação Orçamentária SPOF [0919338](#) (R\$ 12.915,74) demonstram-se suficientes a custear as despesas de execução prevista para este exercício financeiro.

**08.** Em seguida a SECONT elaborou minuta do instrumento contratual (evento [0953305](#)) contendo todas as disposições a reger a relação entre as partes, remetendo-se os autos para análise e emissão de parecer jurídico ([0953306](#)).

**09.** Assim instruído, o feito aportou nesta Assessoria Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**10.** Inicialmente, deve-se destacar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0001460-91.2022.6.22.8000) até a presente data.

**11.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

**12.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, o que compreende também eventuais quantitativos e estimativas que nele possam ter sido juntadas, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.1 – Da possibilidade de dispensa de licitação:**

**14.** De acordo com o art. 24, inc. V, da Lei n. 8.666/93, a licitação poderá ser dispensada, mantendo todas as condições preestabelecidas, quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, motivadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas. O dispositivo abarca tanto a hipótese de certame licitatório anterior deserto ou fracassado quanto a situação de licitação com itens desertos ou fracassados, e ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que *“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”* ou, ainda, aquele que *“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta, na forma do art. 48 da Lei n. 8.666/93”*.

**15.** No caso em análise a contratação direta pretendida pela SEMAP em decorrência do fracasso do Pregão Eletrônico n. 33/2022 (Evento [0886141](#)), subsumindo-se a contratação na hipótese prevista no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93, justificada pela unidade em razão de que a repetição do certame poder vir a acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços, seja pela demora excessiva, seja pela falta de candidatos aptos a contratar com o Poder Público, o que poderia ocasionar prejuízo no atendimento da demanda da Justiça Eleitoral conforme consta expressamente na manifestação n. 41/2022 da unidade demandante juntado ao evento n. [0940651](#).

**16.** Dessa feita, entende-se possível, enquadrar a despesa no **art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação **diretamente** com a empresa ofertante dos menor preço para o serviço pretendido, conforme cotação existente, havendo também demonstração nos processo da comprovação das condições mínimas para contratar com o setor público, de acordo com o que foi registrado no item



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 deste parecer com a juntada dos documentos aos eventos [0949516](#), [0949521](#) e [0949523](#), complementados, em sede de diligências, com o documento juntado ao evento n. [0952119](#).

### **3.2 - Da cotação de preços para a escolha do fornecedor:**

**17.** A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em razão da ausência de interessados na licitação anterior, *in verbis*:

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições; (sem grifo no original).

**18.** Consoante antes relatado neste parecer, a contratação dos serviços pretendidos é decorrente do fracasso do último certame (Pregão Eletrônico n. 33/2022 ([0886141](#))), não restando outra opção à unidade demandante, que a de optar pela contratação direta, como já registrado neste parecer.

**19.** Sobre a cotação de preços levada a cabo no mercado local, tem-se que ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

**20.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

**21.** Em que pese não ter sido possível a obtenção de três propostas válidas, ou seja, que atendam a todas as exigências do ato convocatório, situação que, em princípio contraria a orientação geral do TCU da existência de três cotações válidas e aptas a contratar com a Administração.

**22.** Contudo, tratando-se de procedimento de dispensa de licitação, não há imposição na Lei n. 8.666/93 desse número mínimo. Basta



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificativa, diga-se, plausível, da escolha do fornecedor, aqui representada pelo menor preço obtido no mercado. Nessa linha é o **Acórdão n. 2186/2019- Plenário**, do qual se extrai a seguinte passagem:

(...)

5. Tratando-se de contratação direta, o art. 26, parágrafo único, da mesma lei preceitua que deve constar do processo, entre outros elementos, a justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor ou executante.

6. Acerca do tema, o Acórdão 955/2011-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, emitiu o seguinte alerta à Eletrobras:

‘9.3. alertar a Eletrobras – Distribuição Piauí de que, quando da realização de dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8666/1993 [situação de emergência ou calamidade pública], é indispensável a consulta ao maior número possível de fornecedores ou executantes para o integral atendimento dos incisos II e III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93, a fim de que efetivamente possa ser selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração;’ (grifos acrescidos)

7. Ante as aludidas fontes de direito, sob o ponto de vista legal, a justificativa de preço foi observada a partir da elaboração de planilha de preço referencial e da apresentação de propostas por parte de cinco empresas.

8. A jurisprudência desta Corte de Contas também foi cumprida, pois o número de fornecedores que deve ser consultado (“o maior número possível”) tem natureza subjetiva, uma vez que não há dispositivo legal, normativo ou jurisprudencial que expressamente o defina.

9. Entender que as quinze empresas deveriam ser consultadas induziria ao raciocínio de que se a lista contemplasse cem ou mil fornecedores, os cem ou mil necessariamente precisariam ser perguntados, o que certamente inviabilizaria a celeridade desejada em contratações dessa natureza (emergencial).

**23. Mas também há orientação - ao que sabe majoritária - do TCU no sentido da exigência de pelos menos 3 cotações ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público, na forma dos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:**

***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas***

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (sem grifo no original)

### ***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS***

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (sem grifo no original)

**24.** No caso sob análise, comprova-se pelos documentos juntados ao processo que a SEMAP expediu a cotação para 4 estabelecimentos do ramo fornecedor ([0944021/0946080](#)), contudo, não logrou 3 propostas válidas para o serviço da cotação, como a exemplo que já havia ocorrido no pregão fracassado ([0836897](#)), situação que, no entendimento desta Assessoria Jurídica comprova limitação de mercado para o fornecimento do objeto e que permite a utilização de número inferior de cotações para a escolha dos vencedores na forma do **Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário**. Na mesma esteira, a exigência de justificativa nas situações excepcionais nas quais não se obteve no mínimo 3 preços válidos consta expressamente do **§ 4º do art. 6º da Instrução Normativa SEDG/ME n. 73, de 5 de agosto de 2020**.

**25.** Assim, revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal. Ressalta-se que esse procedimento se



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

encontra agora disciplinado pela **Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021**, com diretrizes bastantes semelhantes, mas que excepciona sua aplicação aos processos instaurados sob a égide da Lei n. 8.666/93, veja-se:

**Art. 11.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Parágrafo único.** Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, todos os procedimentos administrativos autuados ou registrados sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2001, e da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, incluindo contratações e eventuais renovações ou prorrogações de vigências respectivas. (sem destaques no original).

**26.** Nesses termos, verifica-se que o menor preço obtido na cotação para os serviços do certame fracassados - e com cotação positiva neste procedimento - foi apresentado pela empresa ram apresentados pelas empresa **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 23.972.729/0001-25, no valor de **R\$ 384.985,85** (trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

**27. Valor total da aquisição de R\$ 384.985,85** (trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93** estão preenchidos.

**28.** Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento 0953305, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

### **3.3 - DO TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**

**29.** Considerando que foram mantidas INTEGRALMENTE as regras do Termo de Referência original (TR N. 10/2022 - [0836902](#)) já aprovado pela autoridade administrativa ([0873856/0876801](#)), tem-se como dispensada uma nova análise de seus termos, uma vez que já apurado que o referido documento possui os elementos essenciais definidos no **inciso IX do art. 6º c/c o art. 14 da Lei nº 8.666/93**.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **III – CONCLUSÃO**

**30.** Pelos elementos que instruem o processo, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**, realizando-se a contratação dos serviços do edital fracassado que foram objeto de cotação de preços neste procedimento, **diretamente**, no valor total de **R\$ 384.985,85** (trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), sendo que a cotante vencedora comprova as exigências mínima para contratar com a Administração Pública, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93** estão preenchidos.

**31.** Considerando que foram mantidas INTEGRALMENTE as regras do TR original aprovado pela autoridade administrativa, tem-se como dispensada uma nova análise de seus termos, restando-se atendida as regras constantes do **inciso I, § 2º, do art. 7º da Lei n. 8.666/93**.

**32.** Registre-se que, conforme já apontado no **item 7 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2022 e comprovação da sua programação suficientes a custear as despesas de execução prevista para este exercício financeiro, bem como informação de previsão do montante de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado a despesa com o objeto dessa contratação a custear a contratação no exercício vindouro (2023) ([0954276](#)).

**33.** para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta do contrato que regulará os termos da contratação (0953305), estando apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos.

**34.** Indispensável o atendimento ao art. 26 da Lei 8.666/93, a dispensa deverá ser comunicada dentro de 3 (três) dias à **autoridade competente**, para a ratificação.

**35.** Com precedente na Decisão TCU n. 1336/06-Plenário, entende necessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da contratação não se situar nos patamares da dispensa legal.

**36.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**37.** Torno sem efeito o parecer jurídico juntado ao evento n. [0955650](#) em razão de necessidade adequação de formalidades de cunho material inseridas nesta ocasião, antes de submissão da autoridade administrativa.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO DO NASCIMENTO DA SILVA, Assessor Jurídico**, em 13/12/2022, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0956506** e o código CRC **A55513FD**.

0001460-91.2022.6.22.8000

0956506v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001460-91.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: Contratação direta decorrente de Pregão Eletrônico fracassado – Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de engenharia – Serviços comuns de engenharia elétrica – Dispensa de licitação – art. 24, V, da Lei n. 8.666/93.

**DESPACHO Nº 1592 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de Manifestação da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, objetivando a contratação direta de pessoa jurídica especializada em engenharia elétrica, para prestação dos serviços comuns de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças (mediante ressarcimento), do sistema elétrico da Justiça Eleitoral de Rondônia, em razão do fracasso do Pregão Eletrônico n. 33/2022 ([0886141](#)) e de acordo com o termo de homologação juntado no evento [0937165](#) ([0940651](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ao acolher as justificativas elencadas na Manifestação n. 41/2022-SEMAP ([0940651](#)), o Secretário da SAOFC manifestou-se favorável à contratação direta do objeto (serviços comuns de engenharia elétrica), proveniente do Edital nº 33/2022 ([0886141](#)), mantidas as mesmas condições, com fulcro no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93 e, considerando ainda ser a solução que melhor atende ao interesse público da Administração, encaminhou os autos à SEMAP para adoção das providências necessárias (Despacho n. 3267/2022-GABSAOFC - evento [0941119](#)).

Para instrução dos autos, foi juntada Cotação de Preços n. 1/2022 ([0941524](#)) e anexos ([0941578](#) e [0943576](#)), registrando a manutenção de todas as condições do Termo de Referência original e todas as regras do Edital, a qual foi encaminhada, via e-mail, a 4 empresas do ramo para a contratação dos serviços pretendidos ([0944021/0946080](#)). Verificou-se, ao final, que o melhor preço foi oferecido pela empresa **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ n. 23.972.729/0001-25 ([0839452](#), regular com as certidões exigíveis - [0949516](#), [0949521](#) e [0949523](#)), no valor de **R\$ 384.985,85** (trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

Na sequência, a SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC, para proceder a programação orçamentária; à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de instrumento contratual; e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico ([0952813](#)).

A COFC, mediante Informação n. 413/2022 ([0954276](#)), registra que, em razão de parte da despesa ser executada no exercício financeiro em 2023, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária desse montante, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023. Em complemento, registrou que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), destinado a despesa com o objeto dessa contratação, e que o valor de R\$ 12.915,74 (doze mil novecentos e quinze reais e setenta e quatro centavos) constante da Programação Orçamentária SPOF ([0919338](#)) demonstram-se suficientes a custear as despesas de execução prevista para este exercício financeiro.

A SECONT elaborou a minuta de contrato ([0953305](#)), remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC ([0953306](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 279/2022 ([0956506](#)), no qual opinou pela possibilidade da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, V, da Lei nº 8.666/1993, dos serviços descritos no edital do certame fracassado, objeto de cotação de preços neste procedimento, diretamente, no valor total de R\$ 384.985,85 (trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), tendo em vista que empresa cotante vencedora comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93 estão preenchidos. Por fim, em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, aprovou a minuta do contrato juntada pela SECONT no evento [0953305](#), considerando que esse instrumento encontra-se apto a produzir os efeitos pretendidos pela Administração com as regras e condições ali registradas.

Por sua vez, a SAOFC se manifestou pela aprovação da Cotação de Preços n. 1/2022 ([0941524](#)); pela autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; pela contratação direta da empresa **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ n. 23.972.729/0001-25, detentora da melhor proposta ([0949510](#)); pela publicação do ato da dispensa no Diário Oficial - DOU e no DJE, em respeito ao princípio da publicidade (Manifestação n. 635/2022, evento [0956941](#)).

Inicialmente, necessário esclarecer que, embora tenha sido publicada a Lei nº 14.133, em 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinados com o artigo 193 permite a utilização da Lei nº 8.666/93 por dois anos após a publicação da referida lei, momento este que ocorrerá a revogação daquela (1º/04/2023).

Analisando os autos, verifica-se que a contratação dos serviços em comento é decorrente do fracasso do último certame (Pregão Eletrônico n. 33/2022, evento [0886141](#)), e sua repetição poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços, seja pela demora excessiva, seja pela falta de fornecedores aptos a contratar com o Poder Público, uma vez que a vigência do contrato expira-se em 20/12/2022, não havendo tempo hábil para uma nova licitação, restando apenas a opção da contratação direta.

Verifica-se a possibilidade de enquadrar a despesa no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, realizando-se a contratação diretamente com a empresa ofertante de menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes, demonstradas nos autos as condições mínimas para contratar com o setor público. Além disso, repita-se que é impraticável a repetição do certame, pois o atual contrato que contempla a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestação de serviços dessa natureza já foi prorrogado excepcionalmente, com base no art. 57, § 4º, da Lei n. 8.666/93, e seu prazo de vigência expira no próximo dia 20/12/2022.

Sobre a cotação de preços levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas. No vertente caso, se deu no mercado local entre empresas do ramo da atividade comercial que se quer contratar. Com isso, a Cotação de Preços nº 1/2022 ([0941524](#)) foi encaminhada para 4 empresas do ramo ([0944021/0946080](#)). Contudo, não logrou 3 propostas válidas, a exemplo do que já havia ocorrido no pregão fracassado ([0836897](#)), situação que, consoante bem ponderou a AJSAOFC, comprova limitação do mercado para o fornecimento do objeto e permite a utilização de número inferior de cotações para a escolha dos vencedores, na forma do Acórdão TCU n. 2.531/2011 - Plenário. Na mesma esteira, a exigência de justificativa nas situações excepcionais, nas quais não se obteve no mínimo 3 preços válidos, consta expressamente do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa SEDG/ME n. 73, de 5 de agosto de 2020.

Assim, constata-se que a unidade demandante laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal. Ressalta-se que esse procedimento agora encontra-se disciplinado pela Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021, com diretrizes bastantes semelhantes, mas que excepciona sua aplicação aos processos instaurados sob a égide da Lei n. 8.666/93.

Portanto, verifica-se que o menor preço obtido na cotação para os serviços do certame fracassado - e com cotação positiva neste procedimento - foi apresentado pela empresa TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ n. 23.972.729/0001-25, no valor de R\$ 384.985,85 (trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos). Logo, os requisitos legais constantes do art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93 estão preenchidos.

Ademais, a AJSAOFC já aprovou a minuta de contrato ([0953305](#)), consoante itens 28 e 33 do Parecer Jurídico n. 279/2022 ([0956506](#)), em respeito ao parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Diante do exposto, com base nas atribuições de competências delegadas pelo art. 1º, inciso V, da Portaria TRE-RO nº 66/2018, **RATIFICO** a dispensa reconhecida pela SAOFC, e prevista no inciso V do artigo 24 da Lei n. 8666/93 e, por consequência:

1 - ratifico os termos do Despacho 1037 /2022 - PRES/DG/GABDG ([0876801](#)) que aprovou o **Termo de Referência n. 14/2022-**

**PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP** ([0870122](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019](#), em atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento; bem como o **valor estimado da contratação constante da informação conclusiva** ([0836897](#)), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

2 - autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93;

3 - adjudico o objeto à empresa **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ n. 23.972.729/0001-25, e autorizo a emissão de Nota de Empenho, em seu favor, no valor total de R\$ 384.985,85 (trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), demonstrada a regularidade das certidões exigíveis ([0949516](#), [0949521](#) e [0949523](#)); e

4 - determino a publicação da ratificação no DOU e no DJE, em cumprimento ao art. 26 da Lei 8.666/93, uma vez que o valor da contratação ultrapassou o limite da dispensa legal.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 16/12/2022, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0957472** e o código CRC **E5A3BDDA**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0001460-91.2022.6.22.8000

0957472v36